



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO**

PARECER Nº. 17/96

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Sobre o Projeto de Lei nº.  
43/96-E, que "Autoriza contrato  
emergencial de servidores para  
a Secretaria de Obras e  
Saneamento e dá outras  
providências".

Relator: Ver. Ilvo Berger.

A Comissão de Justiça, examinando o Projeto de Lei nº.  
43/96-E, constatou tratar-se de matéria que precisa ser vista à  
luz da legislação que disciplina os atos e fatos administrativos  
da Coisa Pública em períodos pré-eleitorais. Em assim sendo, é  
mister observar-se o que dispõe a Lei Federal 6.091/74, em seu  
artigo 13. Ali encontra-se vedação expressa para a prática do  
ato pretendido pelo Poder Executivo:

"Art. 13 - São vedados e considerados nulos de pleno  
direito ... os atos que, no período compreendido entre os  
noventa dias anteriores à data das eleições ... importem nomear,  
contratar, designar ... funcionário ou servidor na administração  
pública ...".

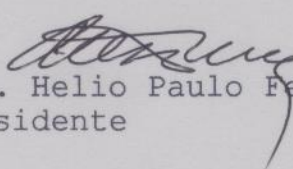
Destarte, o Relator da matéria vota pelo arquivamento  
da mesma.

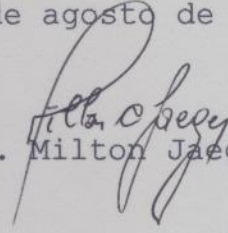
É o Parecer.

Voto do Presidente, Ver. Hélio P. Fehn - COM O RELATOR

Voto do Ver. Milton Jaeger: com o relator.

Agudo, 05 de agosto de 1996.

  
Ver. Helio Paulo Fehn  
Presidente

  
Ver. Milton Jaeger

  
Ver. Ilvo Berger

